



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ**  
RUA PROFESSORA NO MIA BELÉM, S/N  - CENTRO - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRA O  
**SETOR DE LICITA O**

**JUSTIFICATIVA**

Em aten o a autoriza o feita pelo Gabinete do Prefeito vimos apresentar justificativa, conforme prevê art 65 da Lei 8.666/93, para proceder com a verifica o sobre a possibilidade de efetuarmos o REEQUILÍBRIO ECON MICO – FINANCEIRO E ADITIVO DE 25% NO QUANTITATIVO E REEQUILÍBRIO ECON MICO-FINANCEIRO NO CONTRATO N  07052021/001-PMVN originário da Adesão de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N  002/2021, oriunda do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N  006/2021-SR, promovido pela Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA, firmada com a empresa M & W PINHEIRO ASFALTO LTDA, CNPJ n  24.818.905/0001-31, que tem como objeto AQUISI O DE MASSA ASFÁLTICA, DO TIPO CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE.

Informamos que, na legisla o vigente, existe a possibilidade de efetiva o do referido aditivo, conforme justificativas elencadas a seguir:

**DA CONTRATA O DIRETA**

O estatuto de licita es e Contrato (Lei Federal n  8.666/1993), quando define os preceitos de contrata o pela administra o Pública, determina que eventos dessa natureza sejam precedidos dos respectivos processos licit torios, exceto em algumas hipóteses, quando essa a o pode ser realizada através de “altera escontratuais” (art 65).

Para se utilizar dessa exce o, a lei exige que o objeto a ser contratado esteja enquadrado nas permissões previstas na legisla o vigente. O estatuto de licita es e Contrato (Lei Federal n  8.666/1993), quando define os preceitos de contrata o pela administra o Pública, determina que eventos dessa natureza sejam precedidosde justificativa conforme prevê art 65.

**DA FORMALIZA O E ACEITA O DE ADITIVO**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ**  
RUA PROFESSORA NO MIA BELÉM, S/N  - CENTRO - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRA O**  
**SETOR DE LICITA O**

Para o **REEQUILÍBRIO ECON MICO – FINANCEIRO DO CONTRATO N  07052021/001-PMVN** desejado as regras acerca da revisão/reequilíbrio econ mico – financeiro, tem fulcro legal no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93 e artigo 17 do Decreto Federal n . 7892/13, que se transcreve abaixo:

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*(...)II - por acordo das partes:(...)*

*d) para restabelecer a rela o que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribui o da administra o para a justa remunera o da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manuten o do equilíbrio econ mico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execu o do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econ mica extraordinária e extracontratual. (Reda o dada pela Lei n  8.883, de 1994)*

Ao analisarmos as disposi es contidas no Decreto Federal de n. 7.892/2013, podemos verificar as seguintes regulamenta es que reforçam a permissão legal para tal aditamento:

*Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redu o dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao  rgo gerenciador promover as negocia es junto aos fornecedores, observadas as disposi es contidas na alínea d do inciso II do caput do art. 65 da Lei n  8.666, de 1993.*

Na interpreta o sist mica ao art. 17 do Decreto n . 7892/13, observa-se a possibilidade de alterar a CONTRATO N  07052021/001-PMVN para manuten o do equilíbrio econ mico-financeiro, seja para reduzir ou para majorar os preços nela registrados.

Não vislumbramos nenhum problema em tal procedimento para o **REEQUILÍBRIO ECON MICO – FINANCEIRO DO CONTRATO N  07052021/001-PMVN** desejado, pois, existe normativa garantindo o direito do particular detentor do Contrato decorrente da Ata de Registro de Preço ver majorado os valores registrados sempre que os valores de mercado



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ**  
RUA PROFESSORA NOMIA BELÉM, S/N - CENTRO - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRA O**  
**SETOR DE LICITA O**

sofressem eleva o em decorrência das causas reguladas no art. 17 do Decreto Federal de n. 7.892/2013 - dispõe que na hipótese dos preços de mercado tornarem-se superiores aos valores registrados em ata, o que impossibilitaria, portanto, o particular de cumprir o compromisso assumido.

Doutra sorte, o não reequilíbrio juntado a revoga o da Ata para a celebra o de nova licita o não apenas impor  Administra o Pública elevados custos financeiros até a conclusão do novo certame, mas, também, causar inequívocos prejuízos  Eficiência do serviço público e poderá, ainda, ensejar em uma contrata o por valor ainda mais a estes que estão sendo preiteados.

 por demais notrio que a manuten o do equilíbrio econmico e financeiro do contrato administrativo é algo garantido pela Constitui o da República do Brasil, que em seu artigo 37, inciso XXI, assim determina:

*Art. 37 - A administra o pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

(...)

*XXI - ressalvados os casos especificados na legisla o, as obras, serviços, compras e aliena es são contratados mediante processo de licita o pública que assegure igualdade de condi es a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obriga es de pagamento, **mantidas as condi es efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualifica o técnica e econmica indispensáveis à garantia do cumprimento das obriga es.*

Não restam dvidas que as disposi es legais acima transcritas tratam das hipóteses nas quais poderá a Administra o Pública, sem que se faça necessária a revoga o do Contrato para a celebra o de nova licita o - proceder com a revisão dos valores contratados, seja para mais, seja para menos, desde que configuradas as justificativas legalmente reguladas.

Diante de tais fundamentos, entendo ser viável a possibilidade jurídica da Administra o Pública proceder com o **Reequilíbrio Econmico Financeiro**, adotando como fundamento a analogia entre tal pretensão e o instituto em questão aplicável ao Contrato Administrativo.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ**  
RUA PROFESSORA NO MIA BELÉM, S/N  - CENTRO - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRA O**  
**SETOR DE LICITA O**

Por todos os fundamentos apresentados acima, sempre que *sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execu o do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econ mica extraordinária e extracontratual*, entendo ser hipótese de se conferir ao particular o direito ao *Reequilíbrio Econ mico Financeiro dos Contratos*.

Analisando as condi es, vimos que envolve fornecimento continuado de massa asfáltica CBUQ, tipo concreto betuminoso, usinado a quente. Outrossim, conforme documenta o, observasse que a continuidade no fornecimento do objeto já contratado minimizaria custo e tempo.

Visto a legaliza o do ato também cabe salientar que a utiliza o de massa asfáltica CBUQ, tipo concreto betuminoso, usinado a quente pela administra o pública municipal   de interesse social, uma vez que se os serviços de pavimenta o não podem paralisar durante o verão, pois a popula o irá sofrer as consequências durante nosso "inverno amazônico" gerando um transtorno incalculável ao bem estar da popula o.

**No que tange ao aditivo de 25% justifica-se abaixo:**

Como o ajuste foi celebrado com vigência até 07 de maio de 2022, mas o quantitativo já se exauriu, necessário se faz utilizar-se do acordado entre as partes pela Cláusula Décima Quarta do contrato, que prescreve a possibilidade de altera o nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administra o do CONTRATANTE. O Art. 65 da referida lei, prevê a possibilidade de aumento sobre seu valor inicial de até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1  e 2  da Lei Federal n  8.666/93.

A justificativa para tal aditivo se d  em decorrência do serviço ser de natureza continuo a fim de se manter a continuidade ao atendimento dos serviços, de pavimenta o do nosso município, considerando que não há mais saldo contratual nos referidos itens para execu o dos mesmos.

O pedido foi realizado pelo Sr. Secretário Saulo de Lima Barbosa, Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, através do Memorando n  025/2022 - SEINFRA.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ**  
RUA PROFESSORA NOMIA BELÉM, S/N - CENTRO - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRA O  
**SETOR DE LICITA O**

Quanto ao acréscimo do valor, representa um aumento do objeto de percentual 25% (vinte e cinco) por cento, do valor original pactuado, portanto, dentro do limite previsto no  1 do Art. 65 da Lei 8.666 de 1993.

**Este é o relatório.**

### **FUNDAMENTA O**

Saliente-se, inicialmente, que a presente análise está adstrita aos aspectos jurídicos que permeiam a solicita o objeto dos autos, estando ressalvados, desde logo, quaisquer aspectos técnicos, econmicos, financeiros e/ou orçamentrios não abrangidos pela alçada desta Procuradoria.

Na análise dos autos entende-se que o objetivo principal do Termo Aditivo é a prorroga o de vigência e o acréscimo de 25,00% (vinte e cinco por cento), a fim de se manter a continuidade ao atendimento dos serviços, de pavimenta o, considerando que não há mais saldo contratual no referido item para execu o dos mesmos.

Assim sendo, no caso dos autos, propõe-se uma modifica o do conteúdo original do contrato que se caracteriza como uma altera o unilateral de valores, isto é, valor contratual é acrescido em 25,00% (vinte e cinco por cento), correspondendo assim um acréscimo no valor total do contrato.

A Lei n.é 8.666, de 1993, a teor de seu artigo 65, inciso I, b, c/c seu  1, prevê a possibilidade da Administra o Pública realizar, em seus contratos, desde que justificado' por fatores supervenientes  contrata o, acréscimos quantitativos no objeto original, observados os percentuais máximos ali previstos. Com efeito, preceitua o art. 65, I,b da Lei Federal, in verbis:

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*I - unilateralmente pela Administra o:*

(...)

*b) quando necessária a modifica o do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminui o quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;*

( ... )



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ**  
RUA PROFESSORA NO MIA BELÉM, S/N  - CENTRO - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRA O**  
**SETOR DE LICITA O**

*"  1  O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condi es contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (...)"*

**A Lei 8666/93 em seu artigo 57, dispõe:**

*Art. 57. A dura o dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita   vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*(...)*

*II -   presta o de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua dura o prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas   obten o de preços e condi es mais vantajosas para a administra o, limitada a sessenta meses;*

*  2  Toda prorroga o de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.*

Verifica-se que o contrato administrativo firmado entre as partes em consonância com a Lei das Licita es prevê a possibilidade solicitada.

Observasse que a **Decima Quarta clausula do contrato** menciona sobre a possibilidade do aditivo, vejamos:

No caso em tela, verifica-se que o presente aditivo compreende 25% (vinte e cinco) por cento, do valor original pactuado, portanto, dentro do limite previsto no   1  do Art. 65 da Lei 8.666 de 1993.

Constata-se que a pretensão da Administra o   tempestiva, vez que o aludido contrato encontra-se em vigor, tendo em vista que o seu vencimento ocorre em 07/05/2022.

Se a presente recomenda o de **REEQUILÍBRIO ECON MICO – FINANCEIRO DO CONTRATO N  07052021/001-PMVN** for ratificada, informamos que o valor da tonelada do produto ficará em R\$ 415,62 (quatrocentos e quinze reais e sessenta e dois centavos).

Se a presente recomenda o de **reequilíbrio econ mico – financeiro do Contrato** for ratificada, informamos que anexo segue a minuta de termo aditivo.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ**  
RUA PROFESSORA NOÊMIA BELÉM, S/Nº - CENTRO - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

Vigia De Nazaré/PA, 09 de março de 2022

**PAULO HENRIQUE DO N. PINHEIRO**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL/PMVN